






Perfil dos egressos do projeto Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria

Profile of graduates from the Retirement Preparation and Education Program

Anna Cláudia Rodrigues Alves^{*} 

Estela Saléh da Cunha^{**}  

Ana Clara Aparecida Moreira Alves^{***}  

Renata Emanuely Policarpo de Almeida^{****} 

Ruth Emanuelle Campos^{*****} 

Resumo: O presente trabalho traz o perfil socioeconômico dos egressos dos grupos do Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria, projeto vinculado ao Programa extensionista Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizados entre os anos de 2015 e 2019. O perfil foi obtido através de avaliações feitas junto a esses trabalhadores no período entre janeiro e julho de 2022, portanto, durante a pandemia de Covid-19, a qual os impactou diretamente na construção e fortalecimento de vínculos sociais para além dos espaços familiares, diante do distanciamento, então, estabelecido. As avaliações evidenciaram como a trajetória de trabalho desses sujeitos, caracterizada por boas condições e acesso a serviços essenciais, lhes proporcionou uma velhice mais digna e com qualidade de vida, e o projeto contribuiu com reflexões relativas à sua vivência mais consciente dessa fase.

Palavras-chave: Trabalho; Envelhecimento; Aposentadoria; Condições de vida.

Abstract: This study presents the socioeconomic profile of graduates from the Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria, a project linked to the Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento, run by the Faculdade de Serviço Social at the Universidade Federal de Juiz de Fora, between 2015 and 2019. The profile was obtained through assessments conducted with these workers between January and July 2022, during the COVID-19 pandemic, which directly impacted their ability to build and strengthen social ties beyond family settings, given the social distancing measures in place. The assessments highlighted how these individuals' work trajectories, characterized by good conditions and access to essential services, provided them with a more dignified and high-quality old age. The project contributed to reflections on their more conscious experience of this phase.

Keywords: Work; Aging; Retirement; Living conditions.

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: annaclaudia.alves@ufjf.br

** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: estela.saleh@ufjf.br

*** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anaclara.alves@estudante.ufjf.br

**** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: renataemanoelly40@gmail.com

***** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ruthemanuelle16@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem por objeto a análise dos dados do perfil e avaliações dos egressos dos grupos socioeducativos do projeto de extensão Programa de Preparação e Educação para a Aposentadoria - PPEA, vinculado ao Programa extensionista Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), realizados entre os anos de 2015 e 2019. Esses grupos foram desenvolvidos em parceria com uma empresa pública¹ da Zona da Mata Mineira junto aos seus trabalhadores, e a avaliação destes estiveram previstas nas propostas do PPEA aprovadas nos editais da Pró-reitoria de Extensão da UFJF de 2019/2021/2022/2023/2024².

Os indicadores de avaliação em projetos de extensão envolvem a análise sistemática dos resultados e do impacto de suas ações que, no presente projeto, foram qualitativos, construídos a partir de um estudo de caso, voltado à compreensão da realidade social desses trabalhadores e o impacto da trajetória laboral e do PPEA em seu processo de transição para a aposentadoria.

Segundo Chizzotti (2000, p. 102), o estudo de caso se constitui em um “[...] marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação [...]”, aqui, abrangendo a realidade dos egressos do PPEA.

Sendo assim, a motivação desse estudo se deu pela perspectiva de aprofundar o conhecimento da equipe acerca de seu público-alvo e de melhor compreender os aspectos relacionados à aposentadoria abordados ao longo dos grupos de PPEA, uma vez que foram eleitos como sujeitos desse processo investigativo de avaliação e monitoramento os egressos que já se encontravam aposentados à época da avaliação. Trata-se, portanto, do aprofundamento teórico de situações que emergem da prática profissional, não sendo revelados dados que possam identificar esses sujeitos, com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento de alunos de graduação, conforme previsto no artigo 1º, incisos VII e VIII respectivamente, da Resolução 510 do Conselho Nacional de Saúde, os quais tratam dos estudos que dispensam avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

¹ Nossos agradecimentos às autoras Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira – responsável pela ação extensionista na empresa parceira do projeto de extensão “PPEA”, Camilla Eduarda Santos de Battisti e Maria Eduarda Reis, então, estagiárias da empresa, as quais participaram ativamente de todo o processo de pesquisa e elaboração do presente trabalho.

² Edital 12/2019 - Projetos de extensão de demanda espontânea com a concessão de bolsas e solicitação de apoio. Edital 01/2021 – Programas e Projetos de Extensão de Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas. Edital 04/2022 – Programas e Projetos de Extensão de Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas. Edital 04/2023 – PIBIEX – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão – Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas.

Segundo França (2019), o acompanhamento dos participantes de PPEAs é um fator determinante para a avaliação e o redimensionamento desses programas, uma vez que o alcance de seus objetivos está relacionado à adaptação e bem-estar desses trabalhadores após seu desligamento da organização. Dentre as formas de avaliação, a autora aponta a realização de entrevistas às chefias sobre o aposentável participante do programa, os gestores de outras áreas, dos aposentáveis e dos que já se aposentaram; esta última desenvolvida pelo presente projeto.

Para tanto, adotamos a entrevista semiestruturada como instrumento dessa avaliação, a qual trouxe questões referentes aos seguintes aspectos: família e vínculos; trabalho após a aposentadoria; tempo livre; saúde; aposentadoria; previdência social e organização financeira; aspectos estes, componentes dos módulos de discussão dos grupos do PPEA realizados no projeto.

Segundo Manzini (2004, p. 21), esse tipo de entrevista

possui um roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas e que fariam referência aos interesses da pesquisa. Ela difere da estruturada pela sua flexibilidade quanto às atitudes e compreensão do pesquisador, podendo ou não alterar as perguntas no decorrer das respostas dadas.

Ressaltamos que esse processo avaliativo, inicialmente, necessitou sofrer adaptações, por ter ocorrido durante o período da pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, quando as primeiras abordagens foram realizadas no formato virtual. Importante pontuar que com a significativa melhora no cenário da pandemia, a partir do avanço das campanhas de vacinação e redução dos casos graves, houve a flexibilização das restrições de circulação social pelas autoridades de saúde pública, bem como, a liberação do trabalho presencial na extensão pela UFJF. Com esse novo panorama, optamos por oferecer aos trabalhadores a realização do projeto, também, de forma presencial na sede da empresa parceira.

Encerradas as avaliações, compilamos as informações registradas, e assumimos o compromisso ético de garantir a proteção da identidade dos egressos que responderam ao instrumento avaliativo, a partir da não identificação desses, atribuindo letras aleatórias como forma de indicar os trechos transcritos de cada uma das entrevistas; cumprindo, assim, o que determina a Resolução 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, em seu artigo 3º, inciso VII.

Com base nessas informações pudemos verificar que a trajetória de trabalho desses trabalhadores, caracterizada pela estabilidade, acesso a plano de carreira e benefícios como assistência médica e vale-refeição, lhes possibilitou usufruir de um processo de envelhecimento mais protegido que o da maioria da população idosa brasileira, ao relatarem seguir em

condições de prover suas principais necessidades nesta fase, bem como de acessar serviços essenciais.

Essas boas condições puderam ser observadas, também, a partir da percepção de sua saúde, uma vez que a avaliaram, majoritariamente, como sendo boa ou ótima, mesmo reconhecendo a sobrecarga desta em suas despesas, pela utilização de convênios médicos e gastos com medicações.

Outra questão observada foi o impacto da conjuntura sócio-histórica da pandemia na vida desses trabalhadores aposentados, sobretudo, na construção e fortalecimento de vínculos de sociabilidade para além dos espaços familiares, diante do distanciamento, então, estabelecido.

Sobre o processo de aposentadoria, propriamente dito, a maioria dos egressos relatou sentir que tinham informações suficientes sobre o sistema previdenciário no momento de solicitação desta. Essa alta porcentagem sugeriu, à princípio, a relação entre acesso à informação e boas condições de trabalho vivenciadas, e o pressuposto de que a participação desses trabalhadores no PPEA lhes proporcionou um espaço para orientações e recursos informativos sobre o processo de aposentadoria, capaz de favorecer uma transição mais tranquila para essa fase da vida.

Isto pois, um dos principais objetivos dos PPEAs é o de

[...] contribuir com o planejamento do trabalhador para o processo de aposentadoria, desde seu ingresso até a fase posterior à aposentadoria, por meio de um processo de reflexão, socialização de informações, elaboração e execução de ações que despertem atitudes e comportamentos que possam promover a qualidade de vida do mesmo, a descoberta dos limites e potencialidades e a escolha de alternativas para um novo projeto de vida. Isso requer uma atuação interdisciplinar, conhecimento da realidade no que concerne ao perfil dos trabalhadores e aos recursos institucionais e extrainstitucionais existentes (Miranda, Teixeira, 2020, p. 214).

São esses requisitos que pautaram as ações do nosso projeto e desenvolvimento desse estudo.

O projeto e seus egressos

O projeto de extensão PPEA foi criado em 2015 com o objetivo de assessorar profissionais e gestores interessados em desenvolver Programas de Preparação e Educação para a Aposentadoria - PPEAs em organizações públicas, entidades profissionais e/ou sindicais, prevendo seu acompanhamento durante todo o processo de planejamento, execução e avaliação destes programas.

Segundo Zanelli, 2000 (*apud* Miranda; Teixeira, 2020, p. 206), os PPA são

[...] programas de desenvolvimento pessoal que, através de ações educativas, visam a estimular comportamentos e atitudes que ajudem a reinterpretar valores, conceitos e emoções que contribuam para o bem-estar (Zanelli, 2000). Caracterizam-se como multidimensionais, pois abrangem vários aspectos: econômicos, identidade, relacionamento familiar, sexualidade, saúde, trabalho, esporte, lazer, cultura e outros. Adotam como metodologia atividades como palestras, oficinas de vivências etc. Para que obtenham bons resultados necessitam do diagnóstico institucional, de pesquisa junto aos trabalhadores e treinamento dos profissionais a comporem a equipe do programa.

Desde o seu início, o PPEA conta com uma empresa pública parceira, onde já foram realizados seis grupos de preparação e educação para a aposentadoria, com um público total de 81 trabalhadores participantes. Esse público se constitui no foco do presente trabalho, no qual buscamos aprofundar o conhecimento acerca de sua realidade e avaliar o impacto do PPEA e de sua trajetória laboral em seu processo de transição para a aposentadoria.

Para tanto, priorizamos na avaliação os trabalhadores que já se encontravam aposentados, no entendimento de que sua vivência desta fase oportunizaria melhores condições para a identificação de possíveis contribuições do PPEA em suas realidades.

Assim, com base nos dados atualizados pela empresa parceira no ano de 2021, identificamos 46 egressos aposentados, os quais foram convidados a responder à avaliação do projeto. Destes 46, 21 (45%) aceitaram participar, 13 (28%) não puderam ser contatados (devido a número incorreto ou ligação não completada/atendida), 8 (17%) recusaram sem mencionar justificativa, 3 (7%) estavam impossibilitados por questões de saúde e 1 (2%) não tinha disponibilidade de tempo. Destaca-se que os 8 trabalhadores aposentados que não apresentaram justificativas para a recusa de participação, levaram-nos a supor alguns potenciais motivos para tal, como problemas de saúde - momentâneas ou contínuas, questões de ordem cultural, desejo pessoal, ou de ordem socioeconômica, agravadas pelo período pandêmico.

A “Pandemia de Covid-19”, por sua vez, trouxe impactos em todo o processo de avaliação do projeto: da localização dos egressos aposentados e efetividade dos contatos para convidá-los às avaliações, a adaptações na realização destas, tendo em vista as medidas de afastamento social recomendadas pelas autoridades de saúde pública.

As bolsistas do projeto e os estagiários da empresa parceira realizaram contato telefônico com os trabalhadores aposentados para o agendamento das avaliações e, também, se dividiram em duplas para aplicação desse instrumento, a fim de garantir a qualidade na captação de informações, implícitas e explícitas. Tais avaliações foram realizadas no período entre janeiro e julho de 2022, em sua maior parte, remotamente, sendo utilizada a plataforma *online*

de comunicação em vídeo, denominada *Google Meet*, com uso da ferramenta de gravação de tela, para fins de registro e posterior transcrição.

Com a significativa melhora no cenário da pandemia, a partir do avanço das campanhas de vacinação e redução dos casos graves, houve a flexibilização das restrições de circulação social pelas autoridades de saúde pública, bem como, a liberação do trabalho presencial na extensão pela UFJF. Com esse novo panorama, optamos por oferecer aos trabalhadores a realização do projeto, também, de forma presencial na sede da empresa parceira.

Assim, durante a aplicação dos formulários de avaliação foram utilizados, como instrumento auxiliar, aplicativos de gravação de áudio, as quais foram autorizadas pelos trabalhadores, para melhor captação de suas falas.

Os elementos avaliados, por sua vez, envolveram as áreas temáticas abordadas nos grupos educativos do PPEA, a saber: família e vínculos; trabalho após a aposentadoria; tempo livre; saúde; aposentadoria; previdência social e organização financeira. Foram incluídas questões objetivas e subjetivas, com a finalidade de se obter informações sobre a experiência de transição do vínculo de trabalho para a aposentadoria entre os entrevistados.

Concluídas as avaliações, passamos à sua sistematização e análise. Nesse momento, observamos que as abordagens realizadas presencialmente forneceram informações mais detalhadas sobre as questões propostas em comparação com as realizadas online. No entanto, essa diferença não comprometeu a integridade das informações levantadas.

Com base nestas, observamos, também, o impacto negativo do contexto pandêmico na vida dos egressos aposentados, como o adiamento de planos e viagens, a menção ao aumento no preço de combustíveis e alimentos, além do comprometimento na construção e fortalecimento de vínculos sociais para além dos espaços familiares, em decorrência das medidas de distanciamento social.

Sobre o perfil desses egressos, cabe apresentar que a aposentadoria dos 21 avaliados ocorreu no período entre janeiro de 2017 a fevereiro de 2022. Destes, 10 (43%) são do sexo masculino e 11 (57%) são do sexo feminino. A respeito da idade, no período da avaliação, tinham entre 55 e 72 anos, sendo a maioria na faixa etária entre 61 até 68 anos. Além disso, no que se refere às funções que desempenhavam na empresa, 6 (30%) dos entrevistados ocuparam cargos de nível superior; 6 (30%) de nível fundamental/médio operacional; 5 (25%) do nível médio administrativo; e 4 (15%) do nível técnico. No que diz respeito ao tempo de trabalho na instituição, este variou entre 12 e 42 anos, sendo: 4 (19%) com menos de 20 anos; 3 (14%) entre 20 e 29 anos; 10 (48%) entre 30 e 39 anos; e 4 (19%) com mais de 40 anos.

Apresentados os dados preliminares de perfil, iremos expor, a partir de uma análise e interpretação qualitativa, as questões que estruturaram e possibilitaram o alcance dos nossos objetivos neste estudo. A fim de organizar o trabalho interpretativo e a construção de sentido, as informações foram agrupadas em torno de algumas categorias analíticas/grupos temáticos, quais sejam: Proteção Social e Condições Socioeconômicas; Saúde; Vínculos familiares e/ou pessoais e Tempo Livre. Destacamos, entretanto, que para além, ou vinculada a essas, uma questão que se compôs como uma categoria de análise importante nessa avaliação são as que envolvem as "relações de gênero", que dialogam com todas as demais categorias, configurando-se como um elemento transversal aos grupos temáticos tratados. Por essa razão, as questões de gênero serão evidenciadas ao longo da exposição dos dados e não em um subitem específico.

Proteção social e condições socioeconômicas

O envelhecimento não é um processo uniforme, mas sim influenciado por diversos fatores sociais, econômicos e institucionais. Essas condições moldam de maneira distinta as experiências vividas na velhice pelos indivíduos. Nesse contexto,

considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se pode universalizar suas características no processo de construção das bases materiais da existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade fundada pelo capital, nas quais as desigualdades, pobreza, e exclusões sociais lhes são imanente e, reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador (Teixeira, 2008, p. 30).

O trabalho desempenha um papel central na construção do ser social e na organização da vida, de modo que a interrupção do vínculo empregatício através da aposentadoria acarreta implicações significativas na vida dos indivíduos. Isso ocorre por representar “o rompimento de vínculos tradicionais, mudanças de costumes e na vida pessoal e social” (Zanelli, 2000 *apud* Miranda; Teixeira, 2020, p. 202). Os egressos do PPEA descrevem o impacto dessa transição, da ausência de uma rotina de trabalho, bem como sobre a necessidade de "ocupar o tempo" com novas ou outras atividades, através de falas como: “A gente que trabalha todo esse tempo tem uma rotina diária, e essa rotina muda por completo, e a gente vai tentando se adequar a essa nova situação [...]” (Homem, MD); “A falta do trabalho existe, mas encontramos trabalho em casa, na família, em outros lugares” (Mulher, RL); “Sinto falta de trabalhar e tenho pensado muito em arrumar alguma função para distrair um pouco” (Mulher, AG).

Assim, como a aposentadoria marca, nesta sociedade, o início da velhice (enquanto marco temporal ou cronológico), e o acesso a bens e serviços está estruturalmente definido pelo lugar social dos sujeitos - trabalhador/capitalista ou ainda, entre os trabalhadores, os melhores ou piores remunerados, os que exercem trabalhos mais ou menos precarizados - para uma parcela significativa da população, a velhice pode ter um percurso bastante desafiador, visto as dificuldades financeiras, limitações de acesso à saúde e a outros serviços essenciais, decorrentes da natureza própria do modo de produção, agravada pela precarização dos sistemas de proteção social.

Os trabalhadores abordados foram empregados públicos, com vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Esses encontravam-se inseridos em um contexto específico, tendo acesso a benefícios decorrentes do vínculo empregatício formal tais como, assistência médica, vale-refeição, entre outros, proporcionando melhores condições socioeconômicas durante a trajetória laboral. Essa condição possibilitou um processo de envelhecimento mais protegido em relação à realidade social da maioria da população idosa brasileira.

Na avaliação foi possível identificar que 19 (91%) egressos consideraram estar financeiramente preparados para a aposentadoria. Essa sensação de segurança financeira pode ser explicada por serem trabalhadores formais, sendo esperado que eles tivessem condições de trabalho mais estáveis e uma maior proteção no que diz respeito ao seu emprego. Ainda assim, embora a maioria dos egressos tenha se sentido financeiramente preparada para a aposentadoria, é importante ressaltar que houve aqueles que mencionaram que a aposentadoria envolveria redução de gastos e planejamento financeiro.

Ao questionarmos os egressos sobre o impacto financeiro em sua qualidade de vida ao se aposentarem, 10 (48%) relataram não observar mudanças significativas, mantendo o padrão de vida anterior, como expresso nas seguintes falas: “Eu pensei [sobre preocupação com a aposentadoria] porque o meu salário ia diminuir muito, mas optei pela aposentadoria e a minha qualidade de vida aumentou muito e é isso que importa e era isso que eu queria” (Mulher, SM); “Não tem impacto, está dentro do meu padrão. Tenho um plano de saúde e casa para morar, não sou uma pessoa altamente consumidora, esbanjadora” (Mulher, MF).

Dos sujeitos abordados, 9 (43%) indicaram que houve algum impacto na qualidade de vida após a aposentadoria, o que é bastante significativo diante das observações anteriormente apontadas e pelos que afirmaram não ter se preocupado com as mudanças trazidas por ela. “Tive um impacto por conta dos tíquetes [benefício de vale alimentação], porque o salário era livre,

não precisava gastar com transporte, alimentação [...]” (Mulher, VM). “Precisei me controlar mais, pesquisar mais o preço das coisas. Fiquei mais vigilante com o dinheiro” (Homem, IA).

Esses trabalhadores, em sua maioria, relataram não terem experimentado alterações significativas em suas vidas, em especial, na qualidade de seus acessos a bens e serviços. Acreditamos que isso se deve à segurança proporcionada pelo exercício do trabalho formal, protegido, estável, organizado por um plano de carreira e com disponibilidade de benefícios para alimentação, saúde, previdência complementar e outros. Assim, embora reconheçam mudanças advindas com a aposentadoria e uma redução no nível de consumo, suas necessidades básicas não foram afetadas de forma considerável nesta etapa da vida. Fato que reafirma a importância da luta da classe trabalhadora pela manutenção e ampliação de seus direitos.

Os resultados das avaliações junto aos egressos evidenciam que os trabalhadores que desfrutaram de condições de trabalho favoráveis relataram experiências positivas ao se aposentarem. Essas boas condições de trabalho proporcionaram uma transição tranquila para a aposentadoria e garantiram condições de vida adequadas, o que contrasta com a situação enfrentada por grande parte dos aposentados brasileiros. Entre as falas que elucidam as experiências positivas, destacam-se algumas: “Estou mais leve, o processo tem sido muito tranquilo. Apesar de eu ter me organizado e planejado, no início foi uma grande mudança, mas agora estou bem adaptada e muito feliz” (Mulher, EM); “A aposentadoria está muito boa e eu não me arrependo. Tenho mais tempo para cuidar das minhas coisas, do que eu gosto [...]” (Mulher, NS).

Nas avaliações realizadas, não foram identificados relatos de endividamento que afetasse adversamente a situação financeira dos participantes. Apenas 1 (5%) trabalhador mencionou estar com empréstimo em curso, e somente 3 (14%) pessoas relataram despesas relacionadas ao pagamento de casa ou apartamento.

Entre os relatos registrados, verificamos algumas estratégias de complementação de renda. Destacamos o caso de 2 (10%) pessoas que mencionaram a compra de imóveis como uma forma de complementar a renda através do aluguel e de preservar o valor do seu dinheiro, conforme relatado por um dos entrevistados. Vale ressaltar que ambos ocupavam cargos que exigiam ensino superior, portanto, mais bem remunerados.

Ao questionar os egressos sobre seus investimentos financeiros para o futuro, como previdência privada, fundos de investimento e outros, verificamos que 13 (62%) trabalhadores responderam que sim, têm estratégias de investimentos financeiros. Desses, 4 (19%) mencionaram detalhadamente tais investimentos em seus relatos, destacando a previdência complementar como um valor adicional ao benefício de aposentadoria do Instituto Nacional

Seguro Social (INSS). Para esses trabalhadores, a previdência complementar é vista como uma estratégia para assegurar uma renda estável e confortável na aposentadoria.

Além disso, destacamos uma preocupação muito comum observada na fala dos egressos no que diz respeito às perdas financeiras advindas com a aposentadoria: o fim de benefícios como tíquete alimentação/refeição e plano de saúde. Destacamos, neste sentido, os seguintes trechos das avaliações: “Quando eu estava trabalhando na instituição eu tinha um auxílio do tíquete alimentação que era muito bom... e faz muita falta” (Mulher, NS); “Eu senti muita falta do meu tíquete, porque era uma coisa que eu tinha que... nem precisava pensar” (Mulher, AL).

Sendo assim, com a ausência desses mínimos sociais, é possível pensarmos um impacto direto no bem-estar e na estabilidade financeira dos aposentados e suas famílias.

Ao resgatarem os motivos decisórios no processo de aposentadoria, os egressos citaram o cansaço atribuído ao envelhecimento e à idade alcançada. Relataram não acompanhar mais o ritmo ditado no ambiente de trabalho, destacando, também, o fato da inserção no mercado de trabalho ter ocorrido de forma precoce, como pontua um dos egressos: “Eu estava cansado demais, eu comecei a trabalhar muito jovem, era criança praticamente, trabalhei muitos anos sem carteira assinada, 37 anos de contribuição, aí eu já estava cansado, queria parar de trabalhar” (Homem, JB).

Além das motivações mencionadas, os trabalhadores também abordaram as relações familiares. Eles expressaram o sentimento de que era hora de ficarem mais próximos de suas famílias e se dedicarem a elas, especialmente, considerando o tempo prolongado fora de casa por conta do trabalho. Isso fica nítido no trecho, a seguir: “Sentia que não produzia o que eu deveria produzir, isso gerava um incômodo e senti que era o momento de cuidar da família, porque era o dia inteiro fora de casa” (Mulher, MC).

Ainda no que diz respeito à decisão de se aposentar, destacamos entre os egressos, a preocupação em relação às iminentes mudanças nas regras da Política Previdenciária. Essa apreensão os levou a buscar sua aposentadoria o mais rápido possível, aproveitando as regras, então vigentes, que incluíam critérios como faixa etária, tempo de serviço e outros requisitos para o alcance do direito à aposentadoria. Isso fica nítido nos seguintes relatos: “Quando teve a discussão sobre a reforma da previdência, cheguei a fazer uma simulação, porque não queria trabalhar muito tempo a mais e já tinha uma ideia de quando poderia aposentar” (Mulher, EM); “[...] a princípio queria aposentar por tempo de serviço, mas não consideraram. Daí a partir do PPEA decidi aposentar, até pelas mudanças que poderiam acontecer no INSS” (Mulher, VM).

Outro aspecto abordado nas avaliações foi o retorno ao mercado de trabalho após a aposentadoria. Observou-se que, para a maioria da população brasileira, retomar atividades

laborais é uma necessidade imperiosa, pois o benefício previdenciário não é suficiente para garantir condições básicas de subsistência (Peixoto, 2004). No entanto, a proteção social decorrente do vínculo empregatício dos entrevistados assegurou um número reduzido de reingressos ao mercado de trabalho, com apenas 2 (10%) participantes afirmando continuar trabalhando em outras atividades. Além disso, 1 (5%) entrevistado mencionou não exercer atividades laborais, no entanto, foi identificado como membro do Conselho de Administração da empresa da qual se aposentou.

Peixoto (2004) destaca duas principais motivações para o retorno ao mercado de trabalho por parte dos aposentados: a necessidade de manter o padrão de vida, incluindo a solidariedade familiar, e o trabalho como forma de preencher um vazio social. Esses fatores evidenciam a complexidade das decisões de aposentadoria e a importância de políticas públicas que possam oferecer um suporte mais robusto para garantir a segurança financeira e o bem-estar dos aposentados.

Importante registrar que 19 (91%) dos egressos relataram sentir que tinham informações suficientes sobre o sistema previdenciário no momento de solicitação da aposentadoria. Essa alta porcentagem sugere, em primeiro lugar, como já discutido, a relação entre acesso à informação e boas condições de trabalho vivenciadas. Ademais, é possível pensar que a participação desses trabalhadores no PPEA lhes proporcionou um espaço para orientações e recursos informativos sobre o processo de aposentadoria; o que pode ter contribuído para uma transição mais tranquila para essa fase da vida, mesmo considerando os potenciais impactos financeiros.

Destacamos que os impactos na saúde também se mostraram presentes nas falas dos egressos, visto que, com exceção de um trabalhador, todos afirmaram investir em planos de saúde privados, onde 7 (33%) mencionaram que os gastos com esses e com medicamentos representavam a despesa que mais pesava em seu orçamento.

Segundo Teixeira (2008), as ações empresariais na esfera social e econômica têm consequências significativas para a sociedade e o Estado. Ao enfatizar as iniciativas privadas na oferta de “benefícios” sociais essenciais, como saúde e alimentação, há uma tendência de diminuir o papel do Estado como principal provedor desses serviços. Isso enfraquece a capacidade do Estado de atender às necessidades básicas da população e garantir um sistema de proteção social abrangente.

Teixeira (2008) destaca que as estratégias empresariais buscam ganhar o apoio dos trabalhadores para os interesses do capital, o que resulta na dissimulação dos direitos sociais que deveriam ser assegurados pelo Estado. Essa transferência de responsabilidades para o setor

privado contribui para o mascaramento “[...] da luta de classes e as causas estruturais da desigualdade social [...]” (Teixeira, 2008, p. 213). Nesse sentido, a participação das entidades privadas na proteção do bem-estar tem como consequência o enfraquecimento dos direitos sociais e das políticas universais, diminuindo assim a responsabilidade do Estado em garantir um acesso justo e equitativo aos serviços e benefícios.

Podemos observar que a percepção geral entre os participantes da pesquisa corresponde à argumentação apresentada por Teixeira (2008) sobre a mercantilização dos serviços, em que a lógica neoliberal busca fortalecer o setor privado através do comprometimento da qualidade dos serviços público; o que explica o fato de apenas 1 (5%) trabalhador utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Por outro lado, esse fato denota também, apesar da sobrecarga das despesas com saúde relatada pelos egressos em seu orçamento, de que estes usufruem de melhores condições de aposentadoria em comparação com a maioria dos idosos brasileiros, segundo Melo-Silva (2018 *apud* Campelo e Paiva *et al.*, 2021), 75,3% dependem exclusivamente dos serviços prestados pelo SUS e 83,1% realizou apenas uma consulta médica nos últimos 12 meses.

Diante dessa realidade, faz-se necessário enfatizarmos o conceito de determinantes da saúde como fatores que atravessam o processo saúde-doença. Trata-se de fatores econômicos e psicossociais que influenciam a saúde e bem-estar dos sujeitos, tais como: renda, educação, condições de trabalho, suporte social, redes de relacionamento e comunidades, e o próprio acesso à saúde, seja através de políticas públicas ou serviços privados. Conforme descreve Souza (2013, p. 47):

As diferenças de saúde entre grupos humanos não podem ser justificadas por fatores biológicos; pelo contrário, as diferenças de saúde parecem resultar de hábitos e comportamentos construídos socialmente e, principalmente, de fatores que estão fora do controle direto do indivíduo ou do grupo.

Diante do exposto, podemos afirmar, portanto, que o quadro de saúde apontado pelos egressos do PPEA está diretamente relacionado ao fato desses sujeitos advirem de um espaço laboral que os possibilitou condições econômicas favoráveis e estabilidade no decorrer de suas vidas. Uma vez que, “as condições econômicas dos idosos refletem-se na sua saúde e no seu acesso aos serviços de saúde. As pessoas pobres e de baixa renda, entre elas particularmente os idosos, têm piores indicadores de saúde e de capacidade funcional” (Aber; Ginn, 1993; Diaz, 2002; Lima-Costa *et al.*, 2003, p. 57 *apud* Attias-Dofunt, 2004, p. 101).

Outro ponto observado nesse processo foi a predominância das mulheres em relação a uma percepção de boa saúde. Analisando as respostas nas avaliações do projeto, pudemos constatar que, dentre os 21 trabalhadores, 5 (24%) destes avaliaram a sua saúde como sendo

“ótima”, no caso, todas mulheres, 4 (19%) pessoas, como “regular”, sendo todos homens e 12 (57%) entrevistados consideraram sua saúde como “boa”. Desses 12 trabalhadores, sendo 8 (67%) mulheres e 4 (33%) homens.

Segundo Neri (2007), isso se dá pela maior utilização de serviços de atenção primária pelas mulheres, em relação aos homens. Uma questão abordada pela autora é a influência dos fatores culturais, ao reforçarem os papéis de gênero, que fazem com que muitos homens neguem a posição de “vulnerabilidade” associada à doença. A autora também trata sobre o fato de que os homens tendem a estar mais na posição de receber cuidados. De modo que pode gerar a busca tardia por ajuda profissional, fazendo-o apenas quando os cuidados domésticos já não são mais suficientes.

Em relação à existência de problemas crônicos de saúde, 16 (76%) dos trabalhadores afirmaram tê-los, sendo 8 mulheres e 8 homens. Outros 5 (24%) afirmaram não possuir doenças crônicas, compreendendo 3 mulheres e 2 homens. Ao buscar saber quais são os problemas de saúde crônicos relatados, constatamos que 9 (2 mulheres e 7 homens) citaram diagnóstico de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS); 3 mulheres revelaram problemas na tireoide; outros 3 (2 mulheres e 1 homem) salientaram possuir o colesterol elevado; 3 (1 mulher e 2 homens) possuíam Diabetes Mellitus (DM); e 4 (2 mulheres e 2 homens) relataram problemas osteomusculares. Por fim, 1 mulher indicou o diagnóstico de Glaucoma e outra informou o diagnóstico de Colangite Esclerosante Primária (comprometimento das funções hepáticas).

Das questões mencionadas, as mais recorrentes no Brasil nesta faixa etária, segundo uma pesquisa organizada pela Iniciativa Saúde Amanhã, em parceria com a Fiocruz, publicada no ano de 2023, são HAS e DM. De acordo com essa pesquisa “[...] no caso da hipertensão, cerca de 50% dos homens e 60% das mulheres declararam experimentá-la em 2019” (Noronha, 2023, p. 35).

Dos 16 (76%) egressos, que possuem problema de saúde crônico, todos afirmaram realizar acompanhamento com seu profissional de referência. Dos 21 entrevistados, 13 (62%) afirmaram fazer uso de remédios controlados. Verificamos que, dos trabalhadores que fazem uso de medicamentos controlados, 4 utilizam antidepressivos ou outras medicações ligadas ao tratamento de saúde mental. Destas 4 pessoas, 3 ocupavam cargos de nível superior, sendo 1 homem e 2 mulheres, e 1 homem ocupava um cargo de nível médio operacional. É importante observar que a maior parte das pessoas que relataram sofrimento emocional ocuparam cargos de maior demanda burocrática durante a vida laboral.

De acordo com Robaina (2022), o processo de aposentadoria pode ser desafiador para os trabalhadores, especialmente devido à perda dos vínculos sociais e à sensação de inutilidade.

A dificuldade em se adaptar aos novos ritmos da vida fora do mercado de trabalho e em encontrar sentido nessa nova fase pode contribuir significativamente para o adoecimento emocional e psicológico dos aposentados.

Contudo, esta não é a realidade manifestada pelos egressos do PPEA. Apesar de alguns aposentados terem relatado o uso de remédios para a saúde mental, verificamos que tal fato não se vincula diretamente ao processo de sua aposentadoria, pois o uso destes medicamentos começou a ser feito enquanto ainda eram trabalhadores ativos na empresa pesquisada. Desta forma, as condições de saúde relatadas se relacionam mais às questões de seu processo de trabalho, o que pode ser observado na seguinte fala: “Eu sempre trabalhei na área operacional que é uma área que te estressa muito, tem muita cobrança para todos os lados, é a população cobrando, é político cobrando, diretoria cobrando e lidar com 40 funcionários não é fácil também” (Homem, LC).

Houve trabalhadores que relataram algumas questões vinculadas ao processo de aposentadoria, como perda de alguns vínculos sociais, diminuição da renda ou a perda do tíquete, que geraram um certo grau de sofrimento, mas nenhum aposentado relatou estar passando por um adoecimento mental desencadeado pelo processo de aposentadoria.

No início a gente se sente como se tivesse caído do ninho, porque é muito tempo trabalhando com muitas pessoas, aquele trabalho contínuo. Há aquele pensamento de estar à toa, sem fazer nada, então me sentia culpada no início. Mas depois entendi que era um novo ciclo, que era uma consequência de ter trabalhado por 40 anos (Mulher, RL).

Em relação ao autocuidado, as respostas dos egressos foram categorizadas da seguinte forma: alimentação saudável; exercícios físicos; exames periódicos; uso de medicações; redução do consumo de bebida alcoólica; uso de tabaco; lazer; sono; busca de informação sobre a saúde; distanciamento social (devido ao contexto de pandemia); espiritualidade.

Identificamos 19 (91%) pessoas que citaram alimentação saudável; 10 (48%) pessoas exercícios físicos; 4 (19%) pessoas associaram o uso de medicações como estratégia de autocuidado; 3 (14%) pessoas citaram a redução do consumo de bebida alcoólica; 2 (10%) pessoas o não tabagismo; 2 (10%) mencionaram o lazer, outras 2 (10%) o sono; 1 (5%) pessoa falou sobre o distanciamento como estratégia de cuidado pelo contexto da pandemia; 1 (5%) alegou buscar informações sobre saúde; 1 (5%) pessoa citou a espiritualidade e 1 (5%) relatou a realização de exames periódicos. Nenhum trabalhador mencionou estar em uma situação de saúde “ruim” ou “péssima”.

A análise dessas informações possibilitou uma reflexão acerca das questões que a saúde pública brasileira vem passando. Conforme elabora Bravo (2018), mesmo com a criação do

SUS, que prevê acesso universal, integral e equânime, a política pública de saúde tem sofrido uma forte ofensiva que visa o seu sucateamento, buscando promover os serviços privados de saúde, o que se intensificou a partir da década de 1990, com a influência do neoliberalismo no Brasil. Em razão disso, a saúde pública nacional possui questões centrais, que não foram superadas até os dias atuais, como: a lógica macroeconômica centrada na valorização do capital financeiro em detrimento da política social, a falta da concepção de seguridade social e, principalmente, a mercantilização da saúde.

Não coincidentemente, uma das questões abordadas por boa parte dos entrevistados foram os gastos excessivos com a saúde, o que possibilita um breve “diagnóstico” de como se encontra a questão da saúde pública no Brasil. Apenas 4 (19%) pessoas obtêm os remédios pelo SUS e 11 (52%) adquirem medicação com recursos próprios (incluindo 2 pessoas que utilizam remédios que não são controlados). Como visto, apenas 1 (5%) entrevistado utiliza o SUS como referência e se destaca que 1 das 4 pessoas que usam medicação do SUS, acessam o programa de medicação de alto custo.

Além dos aspectos relativos à saúde, também tiveram destaque na análise das avaliações as relações estabelecidas com a família, o uso do tempo livre na aposentadoria e aspectos relativos aos vínculos estabelecidos pelos entrevistados com grupos para além do núcleo familiar. Essas questões serão abordadas no próximo tópico.

Família, vínculos e tempo livre

A família desempenha um papel fundamental como categoria analítica em estudos que abordam os processos de vida. Nas sociedades, em geral, a família é compreendida, moral e formalmente, como fonte primordial de apoio informal, sobretudo, à população envelhecida. Na atual Constituição brasileira, inclusive, tal instituição se encontra priorizada em seu artigo 230: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, a família é requerida como principal agente a assumir o cuidado junto a esses membros, o que é reforçado, no Estatuto da Pessoa Idosa (2003), em seu artigo 3º:

é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar a pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2003).

Diante de tal protagonismo, a família foi abordada ao longo das avaliações com os egressos e será apresentada como tema central das questões e reflexões que se seguem, voltada à compreensão do papel desses trabalhadores em sua composição e dinâmica familiar, bem como à identificação de possíveis mudanças nessa estrutura com o seu processo de aposentadoria.

Sobre essa realidade, Camarano (2004) observou em seus estudos os diferentes formatos e arranjos familiares com a presença de pessoas idosas, destacando as composições que variam entre casais com filhos e famílias unipessoais, ou seja, idosos que vivem sozinhos. Segundo a autora, a autonomia física, mental e financeira dos chefes de família, juntamente com o estado conjugal e a independência dos filhos, manifestada pela saída de casa são fatores determinantes para essas configurações familiares (Camarano, 2004). Ao proceder à análise dos arranjos familiares dos egressos do PPEA, identificamos entre suas composições um padrão semelhante ao encontrado por Camarano (2004), visto que dos 21 entrevistados, 7 (33%) residiam exclusivamente com os cônjuges, 7 (33%) compartilhavam a residência com os parceiros e filhos, 4 (20%) dividiam sua residência com pais e/ou filhos, enteados ou outros parentes, havendo a ampliação das famílias e incidência da co-residência, e 3 (14%) viviam em famílias unipessoais, sendo todas mulheres.

Tal aspecto pode estar relacionado ao fato identificado por Motta (2004) de que as mulheres foram levadas a lidar melhor com o isolamento social e visualizarem seu espaço e privacidade como uma forma de liberdade, autonomia e independência, elementos que lhes são privados no decorrer das suas vidas.

Opção que agora se coaduna também com as necessárias escolhas das mulheres atuais como emergentes da sua secular subordinação social: as casadas de várias idades que se separaram, geralmente por determinação própria, que desejam sossego e autonomia; as idosas que se redescobriram, aliviadas, quando viúvas; mas também as que declaram que gostariam de morar sós, independentes, mas pelo avançar da idade reconhecem dificuldades, como a de poder ter algum problema súbito de saúde sem assistência imediata; ou ainda as que são cerceadas pelo cuidado imobilizador dos filhos, mas pelo menos guardam o direito de se expressar [...] (Motta, 2004, p. 94).

Camarano (2004) acrescenta outra configuração familiar presente em situações de comprometimento ou ausência de autonomia, seja física, mental ou financeira, por parte, não só de idosos, mas também de jovens: a co-residência. Tal configuração se expressa na ampliação das famílias de modo a amparar seus membros envelhecidos ou as gerações mais jovens em situação de vulnerabilidade social ou de saúde. No caso destas últimas, Camarano (2004, p. 146) aponta as seguintes tendências para sua ampliação

[...] os idosos estão vivendo mais e em melhores condições financeiras e de saúde e os jovens estão adiando a idade em que saem da casa dos pais. O período em que os filhos passam como economicamente dependentes de seus pais tem crescido devido à instabilidade do mercado de trabalho, ao maior tempo despendido na escola e à maior instabilidade das relações afetivas.

Voltando às informações coletadas, verificou-se que dos 21 entrevistados, 4 (19%) relataram o compartilhamento dos cuidados com outros membros familiares, enquanto 1 (5%) fornecia apoio financeiro a outros entes, como sobrinho-neto.

Um aspecto a ser ressaltado é o papel socialmente posto a cada sujeito a partir da sua identidade de gênero. Nesse sentido, é indubitável que, historicamente, a tarefa do cuidado, na maioria dos casos, é atribuída às mulheres, visto que, de acordo com Attias-Donfut (2004, p. 101):

Cuidar dos outros faz parte do papel tradicional das mulheres. O surgimento da sociedade multigeracional ampliou este papel com o aparecimento de uma sociedade “pivô”, que ajuda, ao mesmo tempo, os pais idosos, os filhos e os netos. Os homens intervêm duas vezes menos do que as mulheres e, geralmente, para realizar tarefas diferentes (menos focalizadas nas atividades domésticas e cuidados pessoais).

Tal fenômeno pode ser observado nos dados analisados, haja vista que, dos 21 entrevistados, apenas 7 (33%), sendo todas mulheres, relataram morar somente com seus filhos e/ou mães, e, 4 (20%) mulheres referiram a necessidade de cuidar de suas mães. “Quando me aposentei, resolvi, meio de repente, porque estava com minha mãe doente e, então, durante um período eu fiquei cuidando dela, fiquei com a vida meio dedicada somente a ela sem ter tempo para a minha vida pessoal” (Mulher, MP).

Praticamente, moro com a minha mãe, mas mudamos para a minha casa no interior, na roça [...] agora eu tenho mais tempo para conviver com eles (familiares), está sendo muito melhor porque agora eu sei a necessidade do cotidiano da minha mãe, o que ela precisa. Ela é saudável, mas é hipertensa, mas é saudável. Então, poder conviver com a minha mãe é uma dádiva de Deus. Muito bom! (Mulher, NS).

Segundo Cicarelli e Van Soest (2018), na idade madura ou na velhice, as mulheres já não têm filhos para cuidar, mas cuidam de netos e, especialmente, de pais ou parentes, que necessitam de cuidados contínuos; o que demonstra que pessoas idosas são não apenas demandantes, mas também provedoras de cuidado no âmbito de suas famílias e comunidades.

Tal realidade se confirmou no último Censo Demográfico do IBGE, em 2022, mediante a verificação de que as pessoas idosas no Brasil dedicavam cerca de 19 horas por semana em trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados, valor superior àquele empregado pelas pessoas não idosas (16,6 horas semanais). Evidentemente, verificou-se também uma desigualdade de gênero considerável nesse sentido, uma vez que as mulheres idosas realizavam

mais trabalho doméstico e de cuidados que os homens da mesma faixa etária, sendo essa desigualdade mais expressiva na faixa dos idosos mais novos, de 60 a 69 anos (IBGE, 2022).

Outro elemento relevante encontrado nas avaliações foi o círculo de convívio dos egressos, particularmente, quando questionados: “Além das pessoas que moram com você, quem mais da sua família você convive bastante e compartilha de seu cotidiano?” Dos 21 trabalhadores, 9 (43%) mencionaram conviver com mães, irmãos e cunhados, enquanto 5 (24%) citaram a presença de filhos, netos e bisnetos. Outros 5 (24%) indicaram não conviver com outros parentes, 1 (5%) relatou convívio com "parentes próximos" e 1 (5%) preferiu não responder. Essa realidade ressoa com os achados de Azevedo e Carvalho (2006), em seu trabalho sobre o lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. Nele, as autoras sugerem que as redes de relações do lazer na fase da aposentadoria tendem a se concentrar no círculo familiar ampliado, o qual inclui filhos adultos, genros, noras e netos, consolidando, desta forma, as interações intergeracionais.

Azevedo e Carvalho (2006, p. 81), observam

[...] uma redução na expansão da rede social do lazer e aumento de seletividade quanto a novas relações. Há uma retração para novos interesses em lazeres. Em consequência, o lazer extrafamiliar diminui, ocasionando redução das amizades externas, exceto no caso de amigos de longa data.

A respeito deste dado, as respostas dos egressos à questão objetiva de múltipla escolha: “Como está o contato com as pessoas que você se relacionava antes de aposentar?” são bastante ilustrativas: 8 (40%) dos entrevistados selecionaram a opção “manteve-se restrito a relações familiares”, enquanto 8 (40%) indicou que “criou novos vínculos, a partir da inserção em novos grupos”. Além disso, 14 (70%) “mantiveram relações com antigos colegas de trabalho” e 15 (75%) “mantiveram relações com os mesmos amigos que já possuíam fora do ambiente de trabalho”. Desta forma, os dados coletados dos egressos do PPEA evidenciam que as relações sociais após aposentadoria tendem a se concentrar na família ampliada, incluindo irmãos, cunhados, genros e netos, assim como em amizades duradouras.

É importante evidenciar o impacto da pandemia da COVID-19 nos dados sobre as relações familiares e os vínculos externos. Especialmente considerando o período de distanciamento social em que as avaliações foram realizadas. Essa crise sanitária pode ter influenciado profundamente as dinâmicas de convivência familiar, fortalecimento dos vínculos existentes e formação de novas relações sociais. Além disso, é importante reconhecer que as recomendações de distanciamento social pelos órgãos de saúde pública para conter a propagação do vírus SARS-CoV-2, podem ter restringido as atividades de lazer e sociabilidade para o interior do ambiente do convívio familiar.

Quando questionados sobre possíveis mudanças na vida familiar devido à pandemia, 18 (86%) dos 21 trabalhadores responderam afirmativamente, enquanto 3 (14%) relataram não ter experimentado mudanças. Aos egressos que responderam positivamente, foi solicitado que citassem exemplos dessas alterações.

A análise das respostas revelou o adiamento de viagens e visitas a familiares como uma resposta direta ao contexto da pandemia, devido às restrições de mobilidade e preocupações com a segurança durante a crise sanitária. Além disso, para muitos, a utilização de recursos e ferramentas virtuais, como redes sociais, chamadas de vídeo e mensagens instantâneas, se tornaram uma estratégia para manutenção dos contatos, sobretudo, familiares. Outro elemento compartilhado por um contingente menor dos egressos foi o isolamento social, quando relataram passar a maior parte do tempo em casa.

De modo geral, ao serem questionados sobre como está a vida familiar após a aposentadoria, 10 (48%) dos trabalhadores responderam que está “ótima”, enquanto outros 10 (48%) indicaram que está “boa”, e apenas 1 (5%) consideraram “razoável”. Esses resultados corroboram com os apontamentos de Azevedo e Carvalho (2006), de que os aposentados percebem e vivenciam a aposentadoria de forma prazerosa, pois se sentem “liberados” das obrigações profissionais e dos horários, o que lhes permite realizar outras atividades, investir nas relações familiares e ter um estilo de vida mais leve e com autonomia. A fala do entrevistado M.D. ao descrever como está a vida familiar depois da aposentadoria reafirma esse processo:

É diferente, porque a gente se acostuma de uma forma, com a rotina fora de casa, mas agora a gente fica mais tempo dentro de casa, então muda. Até mesmo com a esposa, que também é aposentada já tem um tempo, então, tem certas situações que a gente que trabalha o dia todo não vê ou passa batido ou só no final de semana. Mas a gente vai tentando e levando, mas no início é conturbado, porque não tem o costume do dia a dia, até mesmo com o meu filho, às vezes, só via ele no final de semana, porque eu saía de manhã e chegava de noite, ele na faculdade ou em outros afazeres e chegava tarde também. Mas agora, eu fico mais próximo deles, essa proximidade atual que a gente vê que no dia a dia para gente é normal, mas para eles não é (Homem, MD).

Partindo do princípio de que o trabalho é fundamental na vida do sujeito, tanto no seu sentido ontológico, quanto pelo tempo de vida que o trabalhador dispõe para tal atividade, Robaina (2019, p. 5-6) constata que:

[...] o trabalho assume mais que o papel de espaço de labuta, mas também onde se constrói uma rede de relações interpessoais que em muito supera o tempo que o trabalhador pode dedicar-se à convivência familiar, comunitária, militância política. Não raro, o trabalho substitui (e fragiliza) esses vínculos.

A circunstância de que o trabalho substitui e fragiliza os vínculos familiares, de amigos e da comunidade é uma realidade vivenciada pela classe trabalhadora, em especial pelas

trabalhadoras mulheres, visto que são atravessadas pela dupla jornada de trabalho - o trabalho remunerado e o trabalho doméstico. Além disso, conforme salientado por Robaina (2019), tais mulheres lidam com o sentimento de insuficiência, de culpa ao “abandonar” os filhos, de modo que, enxergam a aposentadoria como uma oportunidade de “compensar” os filhos pela ausência imposta pelo trabalho.

Tal cenário pode ser observado, de forma concreta, nas falas de duas entrevistadas, ao serem questionadas sobre a vida familiar - o convívio - pós aposentadoria:

Eu não sei se está relacionado a aposentadoria, mas hoje está mais leve a minha relação com meu filho. Eu tenho mais disponibilidade de estar com ele, de acompanhar as situações, ele está na adolescência. [...] Acho que até na relação nossa aqui, porque estou um pouco mais descansada, não tem o pouco tempo do trabalho, chega correndo, sai correndo. Então, considero que está melhor, se eu estivesse trabalhando estaria pior (Mulher, EM).

Deu para ficar mais próxima dos meus filhos. Os filhos moravam em Rio das Ostras. E com a aposentadoria foi possível visitá-los com mais frequência e sem demora e ficar mais com os netos, que atualmente, um possui 10 anos e a outra 7 anos (Mulher, AL).

Considerações finais

As avaliações com os egressos do PPEA nos permitiram compreender melhor os diferentes aspectos da aposentadoria abordados nos grupos socioeducativos do projeto, a partir de sua vivência e realidade.

Em relação às condições socioeconômicas, pudemos verificar que a trajetória exercida por esses trabalhadores em uma empresa pública sólida, que preserva a cultura e o imperativo legal de manutenção dos quadros pelo caráter público da seleção, lhes garantiu não só a estabilidade, mas o acesso a um plano de carreira e benefícios como assistência médica e vale-refeição, oportunizando-os usufruir de um processo de envelhecimento mais protegido que o da maioria da população idosa brasileira.

Prova disso, está no fato de que, mesmo com a perda de parte desses benefícios com a aposentadoria, os egressos avaliados relataram não ter experimentado alterações significativas em suas condições de vida, em especial, na qualidade de seu acesso a bens e serviços. Assim, embora reconheçam uma redução no nível de consumo, suas necessidades básicas não foram afetadas de forma considerável nesta etapa da vida.

Outra situação verificada neste grupo de trabalhadores, contrastante à da maioria dos idosos brasileiros, diz respeito ao seu retorno ao mercado de trabalho após a aposentadoria, em que foram identificados apenas 3 (15%) egressos prosseguindo em atividade remunerada, e sem motivações financeiras diretamente para tal. Em complementação a essa informação, cabe-nos

destacar que não houve relatos de endividamento entre eles, com a afirmação de adoção de estratégias de investimentos financeiros pela maioria, sendo a previdência complementar a mais citada.

Ao resgatarem os motivos decisórios para a aposentadoria, os egressos citaram o cansaço atribuído ao envelhecimento e à idade alcançada, uma vez que se inseriram precocemente no mercado de trabalho.

Os trabalhadores citaram também as relações familiares entre as principais motivações para a aposentadoria, manifestando seu desejo de ficarem mais próximos e se dedicarem às suas famílias, além da preocupação frente às iminentes mudanças nas regras da política previdenciária brasileira.

Sobre esse aspecto, enfatizamos que 19 (91%) dos egressos relataram sentir que tinham informações suficientes sobre o sistema previdenciário no momento de solicitação da aposentadoria. Essa alta porcentagem sugere, à princípio, a relação entre acesso à informação e boas condições de trabalho vivenciadas, e o pressuposto de que a participação desses trabalhadores no PPEA lhes proporcionou um espaço para orientações e recursos informativos sobre o processo de aposentadoria, capaz de favorecer uma transição mais tranquila para essa fase da vida.

Em relação à saúde dos egressos, verificamos que esta abarca boa parte de seus recursos, pela utilização majoritária dos convênios para atendimento de suas demandas, revelando a tendência privacionista das políticas sociais recentes, mediante a filantropização de seus serviços. Tendência esta que impacta diretamente a realidade das famílias, alçando-as a agentes de proteção social junto a seus membros, como acontece com 4 (19%) dos 21 trabalhadores avaliados, que relataram prestar cuidados a outros membros familiares, e com 1 (5%) que afirmou fornecer apoio financeiro a entes próximos.

Ainda sobre as famílias, é importante ressaltarmos seu protagonismo, também, na socialização dos egressos do PPEA, à medida que concentram as redes de relações de lazer destes sujeitos. Esse protagonismo pode ter se intensificado por conta do contexto pandêmico, vigente à época das avaliações, o qual influenciou profundamente as dinâmicas de convivência pelo distanciamento social imposto, com contatos e atividades restritas ao ambiente doméstico.

A intensificação destas relações, por sua vez, não implicou em potenciais crises familiares, pelo contrário. Ao serem indagados sobre como está a vida familiar após a aposentadoria, 10 (48%) dos trabalhadores responderam que estava “ótima”, enquanto outros 10 (48%) indicaram que estava “boa”, e apenas 1 (5%) considerou “razoável”.

A realidade dos egressos do PPEA mostra como uma trajetória de trabalho com boas

condições e acesso a serviços essenciais promove uma velhice mais digna e com qualidade de vida, conforme avaliada pelos idosos do projeto; o que vai ao encontro das considerações de Chaves e Aquino (2021, p. 164-165) em que afirmam que “as condições socioeconômicas, em conjunto com a trajetória de trabalho, com as possibilidades e impossibilidades de ganhos simbólicos, são eixo estruturante da vivência da aposentadoria e dos benefícios angariados nessa fase da vida”.

A própria efetivação do PPEA em seu espaço laboral, respeitando as orientações do Estatuto da Pessoa Idosa (2003), expressa esse ganho simbólico, enquanto compromisso institucional assumido pela empresa parceira do projeto junto a esses trabalhadores.

Tais programas se configuram, cada vez mais, em espaços fundamentais para a sedimentação de informações e orientações qualificadas acerca dos processos de envelhecimento e de aposentadoria, voltadas a instrumentalizar os trabalhadores na construção e vivência mais consciente desses processos, frente a um contexto de comprometimento de seus direitos sociais.

Nessa perspectiva socioeducativa, o/a assistente social é chamado a articular as dimensões política e pedagógica, com vistas à compreensão crítica e protagonismo político do trabalhador e da pessoa idosa, atuantes no controle social e defesa dos seus direitos enquanto classe trabalhadora e cidadãos (Miranda e Teixeira, 2020). Perspectiva presente no projeto PPEA, ao pautar suas ações no estímulo à reflexão, à troca de vivências e histórias de vida entre seus participantes, com sua valorização e reconhecimento enquanto sujeitos políticos, capazes de ressignificar os sentidos do trabalho e sua relação com a velhice na construção de novos projetos de vida.

Referências

- ATTIAS-DONFUT, C. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 10-25, 2004.
- AZEVEDO, R. P. C.; CARVALHO, A. M. A. O lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 76-82, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 23 de julho de 2025.
- BRASIL. *Estatuto da Pessoa Idosa*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view> Acesso em: 25 de julho de 25.
- BRAVO, M. I. S. A privatização da saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). In: *Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social 5.*, 2018, Brasília, Brasília, DF:

- CFESS, 2018. p.324. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2018CFESS-5EncontroSeguridade.pdf>. Acesso em: 24 de julho 2025.
- CAMARANO, A. A. Os idosos brasileiros: muito além dos 60? In: NORONHA, José Carvalho de, CASTRO, L., GADELHA, P. (Org.). *Doenças crônicas e longevidade: desafios para o futuro*. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz, p. 31-55, 2023.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. e; PASINATO, M. T. Famílias: Espaço de Compartilhamento de Recursos e Vulnerabilidades. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, p. 137-150. 2004.
- CAMPELO E PAIVA, S. O.; SOARES, R. C.; BENEDITO, J. C.; COSTA, N. M.; CAVALCANTE, P. F. Desigualdade, envelhecimento e saúde no tempo de contrarreformas: da magnitude à desproteção social no Brasil. *Revista Kairós-Gerontologia*, São Paulo, v. 24, n. esp. 30, p. 65-82, 2021. ISSN 1516-2567. ISSN online 2176-901X. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/54798>. Acesso em: 25 de julho de 2025.
- CHAVES, M.E.C., AQUINO, E.M.L. Desigualdades de gênero e trabalho após a aposentadoria. *Laborare*. n. 6, p. 152-171, 2021.
- CHIZZOTTI, A. *A Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez. 2000.
- FRANÇA, L. H. de F. P., LEITE, S. V., SIMÕES, F. P., GARCIA, T., Ataliba, P. *Análise dos Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) desenvolvidos por instituições públicas brasileiras*. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 22, n. 1, p.59-80, 2019.
- MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. In: *A entrevista semiestruturada na pesquisa*. Entretextos. v. 22, n.3, p. 25-45, 2022.
- MIRANDA, L. M. B.; TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e preparação para a aposentadoria: as dimensões política e pedagógica da intervenção do Serviço Social. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). *Serviço Social e envelhecimento*. Teresina: EDUFPI, 2020.
- MOTTA, A.B. Idade e Solidão: a velhice das mulheres. *Revista Feminismos*, Salvador, v.6, n.2, p. 88-96, mai./ago. 2018.
- NERI, A. L. Feminização da velhice. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; SESC SP, p. 47-64, 2007.
- NORONHA, J.C.; CASTRO, L.; GADELHA, P. (org.). *Doenças crônicas e longevidade: desafios para o futuro*. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz. 2023.
- PEIXOTO, C. E. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004.
- ROBAINA, C.M.V. Sentidos do trabalho e o impacto de classe e gênero na aposentadoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília, DF. *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS, 2019.
- SOUZA, D. O.; SILVA, E.V.; SILVA, N. O. Determinantes sociais da saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44–56, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NT7hRkX4XFL3kW6LyPKNPMP>. Acesso em: 24 de julho de 2025.
- TEIXEIRA, S. M. *et al. Serviço social e envelhecimento*. Teresina: EDUFPI, 2020.
- TEIXEIRA, S.M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- WILLIAMS, B.; IRVINE, L.; MCGINNIS, A. R.; MCMURDO, M. E. T.; CROMBIE, I. K. When “no” might not quite mean “no”: the importance of informed and meaningful non-consent: results from a survey of individuals refusing participation in a health-related research project. *BMC Health Services Research*, London, v. 7, p. 59, 26 abr. 2007. DOI: 10.1186/1472-6963-7-59. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17462081/> Acesso em: 24 de julho de 2025.